

XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)
GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento

Comunicação Oral

**O CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO PARA A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E A ORGANIZAÇÃO E
REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

Renata Lourenço Mendes - FIOCRUZ
Rosali Fernandez de Souza – IBICT

Resumo

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), seguindo orientações estabelecidas na Lei Federal nº 8.159/1991, publica em 1994 o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública Federal como instrumento de uso obrigatório na organização de documentos provenientes das atividades-meio do poder executivo federal. Atendendo a esta orientação, a FIOCRUZ desenvolveu o Código de Classificação de Documentos de Arquivos da Fundação Oswaldo Cruz (CCDA-Fiocruz). O presente trabalho tem como objetivo analisar o CCDA-Fiocruz como instrumento de organização e representação da informação para as demandas da Instituição em conformidade com as especificações do CONARQ. O referencial teórico foi constituído em base dos princípios de classificação aplicados à arquivologia e a esquemas de classificação bibliográficos. A metodologia de desenvolvimento do trabalho foi pautada em dois aspectos : 1) na análise do CCDA-Fiocruz segundo elementos de análise de esquemas de classificação bibliográfica obtidos na literatura; 2) na identificação da demanda dos usuários do CCDA-Fiocruz obtida por entrevista especialmente elaborada com esta finalidade, complementada por sugestões espontâneas prévias a este trabalho . As análises identificaram elementos teóricos que embasaram a construção do CCDA-Fiocruz, assim como propostas de alteração. Os resultados apontam para possíveis encaminhamentos visando adequar o referido Código às demandas dos usuários e à dinâmica organizacional da Fiocruz em base das especificações do CONARQ.

Palavras-chave: Classificação de Documentos de Arquivo. Código CONARQ para Administração Pública Federal . Código FIOCRUZ de Classificação de Arquivo.

Abstract

The Brazilian National Council of Archives (CONARQ), following guidelines established by Federal Law 8.159/1991⁰, published in 1994 the Classification Code of Archive Documents for the federal public administration as a tool for use in the organization of documents derived from the staff function. Given this orientation, FIOCRUZ developed the Classification Code for Archival Documents of the Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz-CCDA). This study aims to analyze the CCDA-Fiocruz as an instrument of organization and representation of information for the demands of the institution in accordance with CONARQ specifications. The theoretical framework was established on the basis of the principles of classification applied to archives and to bibliographic classification schemes. The work development was based on two aspects: 1) the analysis of the CCDA-Fiocruz based on elements of bibliographic classification schemes from the literature, 2) the identification of the user demands of CCDA-Fiocruz obtained by interview designed especially for this purpose, supplemented by spontaneous suggestions prior to this work. The analyzes identified theoretical elements that support the construction of CCDA-Fiocruz, as

well as amendments. The results point out possible referrals in order to adapt the Code to the demands of users and to the Fiocruz organizational dynamics, taking into account the CONARQ specifications.

Keywords: Brazilian National Council of Archives (CONARQ). Classification Code of Archive Documents for the Federal Public Administration. Code for Archival Documents of the Oswaldo Cruz Foundation.

1 INTRODUÇÃO

A informação na esfera pública permite a confirmação de direitos e deveres, garantindo ao indivíduo o exercício da cidadania. Considera-se a informação como base da geração de conhecimento do mundo atual e como fator relevante ao desenvolvimento e à consolidação da democracia. Os órgãos públicos e privados são responsáveis pela confiabilidade e acesso às informações de sua competência. Esta ação é alcançada através dos arquivos que atuam como testemunho jurídico e histórico em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social.

Para que os arquivos sejam atuantes na promoção da cidadania é preciso que haja uma política institucional visando observar a missão, as responsabilidades administrativas e legais da organização, assim como as formas de documentar e prestar contas das atividades. Isto inclui definição de regras de produção, registro, descrição, tramitação, recepção, acesso, avaliação e arquivamento de documentos nas fases documentais, o que se denomina como gestão de documentos.

O volume de documentos institucionais das organizações públicas gerados atualmente desafia profissionais da informação quanto aos métodos de organização, tratamento e recuperação da informação. A questão fundamental é: como organizar e representar o conteúdo de modo que atenda às prerrogativas da Política Nacional de Arquivos, permita o acesso, garanta a confiabilidade das informações e preserve a memória institucional?

Em 1994, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), seguindo orientações estabelecidas na Lei Federal nº 8.159/1991, publica o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública Federal (aqui denominado CCDA-Conarq) como instrumento de uso obrigatório na organização de documentos de arquivos para o poder executivo federal.

O objetivo do código CCDA-Conarq é agrupar documentos de uma mesma atividade representadas por uma notação (codificação) que se reflete na organização física dos documentos e no processo de busca e na recuperação da informação. O código contém

categorias para os documentos referentes às atividades-meio comuns à administração pública federal. A cada instituição, em particular, coube estabelecer categorias, classes e subclasses relativas às especificidades das atividades finalísticas, seguindo o modelo proposto pelo CONARQ.

Em 1995, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), órgão do Ministério da Saúde, impulsionada pela Lei 8.159/91 adota o modelo do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública Federal (CCDA-Conarq) para as atividades-meio. Paralelamente, dá início à elaboração de código específico para as atividades finalísticas, no propósito de padronizar a classificação de documentos institucionais e alinhar-se à Política Nacional de Arquivos no Brasil.

Em 1997, foi finalizada a primeira versão do Código de Classificação de Documentos de Arquivos da Fundação Oswaldo Cruz (CCDA-Fiocruz) compreendendo tanto as atividades-meio quanto as atividades finalísticas. Este CCDA-Fiocruz é usado para classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido pelo órgão no exercício de suas funções e atividades.

A Fiocruz é uma instituição que tem como missão produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltadas ao fortalecimento e à consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a promoção da saúde e a qualidade de vida da população brasileira. Na Fiocruz articulam-se atividades de produção de insumos estratégicos em saúde, serviços de diagnóstico, análise da qualidade de produtos, assistência à saúde, ensino e a informação e comunicação em saúde com a finalidade de proporcionar apoio estratégico ao SUS, gerando conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico. Desta forma, a Fiocruz contribui para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e a cidadania ampla como valores centrais. (Fiocruz, 2010).

Atualmente é cada vez mais relevante, no contexto das organizações públicas como a Fiocruz, contar com instrumentos de organização e representação da informação que auxiliem na melhoria dos processos administrativos, na recuperação da informação e no atendimento as demandas dos usuários, sejam os da própria organização assim como os cidadãos.

O desafio permanente da instituição Fiocruz é manter o CCDA-Fiocruz atualizado para acompanhar a dinâmica e a complexidade da Instituição, assim como o surgimento de novas demandas dos usuários.

O desenvolvimento do presente trabalho, com o objetivo de analisar o CCDA-Fiocruz como instrumento de organização e representação da informação, foi constituído em base de dois eixos teóricos: 1) os princípios de classificação aplicados à arquivologia; 2) os princípios e elementos de análise de classificação bibliográfica.

A metodologia foi calcada em dois aspectos: 1) análise do CCDA-Fiocruz segundo elementos teóricos de esquemas de classificação; 2) identificação da demanda dos usuários do CCDA-Fiocruz obtida por entrevista especialmente elaborada com esta finalidade, complementada por sugestões espontâneas prévias a este trabalho.

As análises identificaram elementos teóricos que embasaram a construção do CCDA-Fiocruz, assim como as propostas de alteração apontando possíveis encaminhamentos para a adequação do referido código às demandas dos usuários e à dinâmica organizacional da Fiocruz.

O presente trabalho é originário da dissertação de mestrado apresentada ao PPGCI IBICT-UFRJ concluída em 2012. (MENDES, 2012)

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi estruturado com base nos princípios de classificação aplicados aos arquivos e nos elementos de análise dos sistemas de classificação bibliográfica. Posteriormente a análise dos fundamentos foi desenvolvida a partir de um caso específico: o código de classificação de documentos de arquivo da Fiocruz.

2.1 PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação em arquivos é um processo com a finalidade de estruturar e agrupar documentos de um mesmo órgão, evidenciando a relação existente entre as funções, a estrutura orgânica e os documentos. O referido processo é representado por um plano de classificação, chamado neste trabalho de código de classificação de documentos de arquivo.

Roberge (1990) define plano de classificação como uma estrutura hierárquica e lógica que reflete as funções e atividades de uma organização, funções que necessitam ser registradas, formando assim o documento de arquivo. O plano de classificação é considerado uma estrutura que organiza de forma sistêmica a informação institucional e evidencia as relações orgânica e hierárquica dos documentos com as funções e atividades da instituição.

A classificação funcional é um princípio arquivístico que considera os documentos de uma organização como fruto de uma ação que se desdobra em outra ação ou conjunto de ações que podem ser tratadas como funções e atividades. As funções básicas, em geral, estão

agrupadas em atividades-meio e atividades finalísticas. Denominam-se atividades-meio aquelas que se relacionam com a administração interna da organização, compreendendo o conjunto de atividades de apoio comuns a todos os órgãos. As atividades finalísticas são as que se referem ao trabalho técnico e profissional específico de determinado órgão. (SCHELLENBERG, 2002 p. 88) Nesse sentido, o princípio funcional na criação de um esquema de classificação para documentos de arquivo agrupa e divide os documentos sucessivamente em classes e subclasses. As classes principais podem ser definidas tomando-se por base a missão e macro funções do órgão; as classes secundárias referem-se às atividades e as subdivisões mais específicas que podem ser criadas em função de atos relativos a pessoas, entidades, lugares ou assuntos.

A Classificação Organizacional, segundo Schellemborg, é o princípio que considera, a organização da entidade criadora como base para a classificação. Com base nesse princípio, os documentos são agrupados de modo a refletir a estrutura orgânica da entidade e a hierarquia entre as áreas de desempenho das atividades (SCHELLENBERG, 2002 p.91).

Os princípios funcional e organizacional apresentados por Schellemborg são oportunos para embasar o presente trabalho, pois indicam diretrizes para classificação de documentos em arquivos sob a perspectiva dos órgãos públicos. Neste sentido, os princípios da funcionalidade e a classificação funcional são, particularmente, elementos relevantes para a análise de instrumentos de organização e representação da informação em arquivos institucionais.

O Dicionário de Terminologia Arquivística (1988) identifica dois princípios de classificação para documentos de arquivo: o da proveniência que é o princípio fundamental “segundo o qual os arquivos de uma mesma proveniência não devem ser misturados com os de diferente proveniência”; e o da ordem original definido como “princípio da teoria arquivística segundo o qual os arquivos de uma mesma proveniência devem conservar a organização estabelecida pelo organismo de origem”. O princípio da proveniência é utilizado na divisão dos documentos em classes e subclasses, aponta as relações hierárquicas e de gênero-espécie. O princípio da ordem original indica a necessidade de manter a ordem de produção inicial de todos os documentos e manter evidente a finalidade de produção do documento, ou seja, identificar o contexto de produção.

Rousseau e Couture (1998) definem o princípio da proveniência como a base teórica e a lei que rege todas as intervenções arquivísticas. O respeito desse princípio na organização e no tratamento dos arquivos, qualquer que seja sua origem, idade, natureza ou suporte,

garante a constituição e a plena existência da unidade de base em arquivística: o fundo de arquivo.

A classificação em arquivo está diretamente ligada aos conceitos de fundo, princípio da proveniência e princípio da ordem original. O fundo é a unidade sobre a qual se aplica a classificação, é o conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica no exercício de suas atividades. Assim o código de classificação é um instrumento de representação e organização de um fundo de arquivo, para Mundet os códigos de classificação são “um atributo do fundo organizado” (CRUZ MUNDET, 2008, P. 185).

Os princípios apresentados nesta seção são os pilares arquivísticos de classificação para a elaboração de instrumentos de representação e organização de documentos em arquivos. A fim de complementar o referencial teórico para embasar a análise do CCDA-Fiocruz, buscou-se os princípios e elementos de análise de sistemas bibliográficos de classificação.

2.2 PRINCÍPIOS E ELEMENTOS DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Tradicionalmente, classificar vem do latim *classis*, que designa os grupos em que se dividia o povo romano. A palavra classificar foi cunhada por Zedler, 1733, no *Universal Lexicon*, combinando as palavras latinas *classis* e *facere*, para apresentar uma divisão de apelações de direito civil e, só no final do século XVIII, passou a ser empregada para a ordenação das ciências (PIEIDADE, 1983, p.17).

O termo categorias fundamentais é usado por Ranganathan (1967) para representar ideias que permitem recortar um universo de assuntos em classes bastante abrangentes, nomeadas como classes principais. As categorias fundamentais estabelecem o primeiro corte classificatório num universo de assuntos. Dessa forma possibilitam uma visão de conjunto dos agrupamentos que ocorrem nas estruturas classificatórias de uma determinada área de conhecimento. As categorias de Ranganathan são caracterizadas a seguir:

Personalidade – categoria fundamental de difícil identificação. Ranganathan propõe o método do resíduo para identificar sua manifestação: não é Tempo, não é Espaço, não é Energia, ou Matéria, portanto é considerada uma manifestação da categoria fundamental Personalidade.

Matéria – manifestação de materiais em geral, como propriedade; constituinte material de todas as espécies;

Energia – se caracteriza pela ação de uma espécie ou outra. A ação pode ser entre e por todas as espécies de entidade, inanimada, animada, conceitual, intelectual e intuitiva.

Espaço – local de pertencimento de um dado objeto, seja ele indivíduo, coisa, ideia, fenômeno, entre outras entidades. A superfície da terra, o espaço dentro dela e o espaço fora são manifestações desta categoria;

Tempo - ideias isoladas de tempo comum: milênios, séculos, dia e noite, estação do ano, tempo com qualidade meteorológica. (RANGANATHAN, 1967, p. 399-401)

Campos (2001) na obra “Linguagem Documentária: teorias que fundamentam sua elaboração” destaca as considerações de Ranganathan que enfocam o documento como registro do conhecimento e traz para o ambiente da documentação a preocupação com o Universo de Conhecimento. Destaca ainda, os princípios que visam permitir que conceitos sejam organizados em renques e cadeias sendo estruturados em classes abrangentes formando facetas dentro de uma dada categoria fundamental. Os renques e cadeias revelam a organização da estrutura classificatória que é hierárquica, evidenciando as relações de gênero-espécie e de todo-parte.

Quanto aos cânones de Ranganathan para a formação dos renques, Campos em seu estudo sobre a teoria da classificação enumera os da exaustividade, da exclusividade, da sequencia útil e da sequencia consistente. (CAMPOS, 2001 p.51) Os cânones selecionados para este estudo foram da exaustividade e da exclusividade.

A regra da exaustividade estabelece que surgindo tópicos novos, estes deverão ser incluídos à estrutura, ou seja, deve haver hospitalidade para agrupá-los numa classe existente. A exclusividade estabelece que os elementos formadores dos renques devem ser mutuamente exclusivos, ou seja, nenhum componente da estrutura pode pertencer a mais de uma classe.

A Característica é a qualidade ou atributo escolhido para servir de base à classificação ou à divisão, também chamada de princípio da classificação, ou principio da divisão. A Característica pode ser natural ou artificial. É natural quando inerente ou inseparável do objeto a classificar. E é artificial quando é ocasional, acidental e variável. Deve-se aplicar uma só característica de cada vez para subdividir todos os membros de uma classe antes de aplicar uma segunda característica. O emprego simultâneo de mais de uma característica resulta no que se denomina classificação cruzada (PIEADADE, 1983, p. 18).

As classes mais abrangentes são chamadas classes principais. Cada classe se subdivide em grupos chamados de divisões, cada divisão em subdivisões, cada subdivisão em seções e assim por diante até que o assunto se torne mais específico na hierarquia. Langridge (1977) sugere, ainda, que além das classes principais temáticas deve haver uma classe Generalidades para os documentos que cobrem todo o conhecimento, tais como enciclopédias gerais.

Para a análise dos esquemas de classificação, Langridge (1977) sugere os seguintes elementos: características, estrutura (classes principais, subclasses), notação, regras de uso, índices e tabelas.

a) Estrutura geral (classes e subclasses)

É a divisão primária em áreas do conhecimento, chamada assuntos básicos por Ranganathan, engloba classes principais e subclasses.

b) Notação

Piedade (1983) considera que a base da notação é o conjunto de caracteres empregados na formação dos símbolos de classificação. Os caracteres possíveis são números na ordem decimal ou aritmética, letras (maiúsculas e minúsculas) sinais gráficos. Tais caracteres tornam a notação pura ou mista. A notação pura apresenta caracteres de um único tipo, somente números (notações numéricas) ou letras (notações alfabéticas). Já a notação mista emprega caracteres de mais de uma qualidade e são denominadas notações alfanuméricas.

Localizar o assunto procurado é a principal função da notação e a principal qualidade é indicar a ordem das classes e subclasses de forma clara e precisa para ser facilmente reconhecida. A notação que emprega caracteres variados, como letras e números, possui menos qualidade na indicação da ordem dos assuntos, principalmente quando utiliza sinais gráficos.

A qualidade hospitalidade é a capacidade de permitir as divisões necessárias e podem ser de dois tipos: hospitalidade em cadeia que subdivide as classes do mais geral ao específico e hospitalidade em fileira (renque) que permite a representação dos vários assuntos correlatos resultantes da subdivisão de um assunto mais geral por determinada característica (várias espécies de um mesmo gênero).

A flexibilidade da notação se refere a possibilidade de inclusão de novos assuntos nos pontos adequados sem alterar a ordem existente. Por mnemônica entende-se a qualidade da notação de utilizar símbolos que possibilitem a associação de ideias para representar vários assuntos relacionados, facilitando a memorização.

c) Regras de uso

Para Langridge as regras de uso são um elemento de análise de esquemas de classificação e constituem o conjunto de orientações para o manuseio e uso dos esquemas de classificação. Podem conter regras explícitas ou apenas indicações gerais. Podem estar

concentradas inteiramente na introdução ou parcialmente distribuídas pelas tabelas em lugares apropriados.

d) Índice alfabético

O índice de um esquema de classificação é uma lista de termos e respectivos sinônimos, indicando os símbolos de classificação que os representam. O índice alfabético não indica qualquer documento que trate dos assuntos indexados, serve para indicar o símbolo de classificação de determinado assunto. (PIEDADE, 1983, p. 49).

Os índices são divididos em dois tipos: específicos e relativos. O índice específico é aquele que só relaciona uma entrada para cada assunto. Mills (1960) não considera o índice específico como uma forma de índice, mas sim como um índice incompleto, pois nenhum sistema pode oferecer só uma localização para cada tema.

O índice relativo é aquele que indica para cada fenômeno todos os pontos do sistema em que aparecem os seus vários aspectos. O mais conhecido é o da Classificação Decimal de Dewey que pressupõe entradas diretas para assuntos específicos, acompanhadas de qualificativos que indicam os vários aspectos visualizados por cada símbolo de classificação.

e) Tabelas

Langridge (1977) afirma que as tabelas são parte da estrutura de qualquer esquema de classificação. As tabelas listam as várias classes do esquema que podem ser usadas para representar os assuntos dos documentos ordenados por uma notação.

Os cinco elementos acima descritos foram empregados em análises de sistemas de classificação bibliográfica. Como tal foram considerados como válidos para a análise do CCDA-Fiocruz, cuja metodologia de trabalho é apresentada a seguir.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A ênfase do presente trabalho é na atividade de classificação e seus princípios, tanto os arquivísticos, como os oriundos da biblioteconomia sob a perspectiva da construção dos instrumentos de representação e organização da informação em arquivos. Tais princípios foram destacados como aportes teóricos para alcançar o objetivo do presente trabalho de analisar o Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fiocruz (CCDA-Fiocruz) enquanto instrumento de organização e representação da informação diante da dinâmica e complexidade das atividades da Fiocruz e das demandas dos usuários do Código.

O estudo é qualitativo e de natureza exploratória e descritiva. Fundamentou-se em levantamento bibliográfico para a identificação dos elementos de análise de classificações

bibliográficas. Por meio de entrevistas com os usuários do Código buscou identificar características de uso e aplicação do instrumento analisado.

Os requisitos dos sistemas de classificação seguem a sugestão de ordem de itens de análise proposta por Langridge (1977), complementadas por considerações de autores como Barbosa (1969), Mills (1960) e Piedade (1983).

Os elementos sugeridos por Langridge para análise dos sistemas de classificação compreendem: características (autor, publicação, uso) estrutura (classes e subclasses), notação, regras de uso, índice alfabético, tabelas. Os elementos autor, publicação e uso, por contextualizarem historicamente o esquema de classificação e âmbito de aplicação, serão abordados ao longo da análise dos dados.

O CCDA-Fiocruz também foi analisado em base das demandas dos usuários identificadas por contato direto (entrevista) e por consulta a dados pré-existentes a este trabalho. Os dados pré-existentes foram obtidos através de e-mail a 28 unidades da Fiocruz, em território brasileiro, no ano de 2010. Vale ressaltar que estes dados ainda não haviam sido analisados e que representaram usuários de 12 unidades. Nesta oportunidade os usuários do CCDA-Fiocruz puderam manifestar-se quanto às necessidades de mudanças em face do uso do instrumento de organização e representação da informação institucional.

As entrevistas tiveram como foco identificar a demanda interna e a necessidade de adequação do Código na representação e organização dos documentos de arquivo da instituição. A entrevista foi estruturada e analisada segundo os elementos do roteiro a seguir:

- 1) Identificação do entrevistado;
- 2) Conhecimento do código de classificação pelo entrevistado;
- 3) Uso do CCDA-Fiocruz: identificação do âmbito de aplicação na unidade;
- 4) Dificuldades encontradas na utilização do código de classificação. Treinamento para uso do CCDA-Fiocruz;
- 5) Demandas por alterações

O quadro 1 a seguir identifica as unidades técnico-científicas e técnico administrativas do campus de Manguinhos situadas no Rio de Janeiro da Fiocruz e o número de entrevistados que participaram da pesquisa no período de outubro e novembro de 2011.

Unidade Fiocruz	Natureza da atividade	nº entrevistados	Cargo/função
Casa de Oswaldo Cruz-COC	Preservação, divulgação e pesquisa em memória e história da ciência e da saúde.	1	Tecnologista em saúde - arquivista
Escola Nacional de Saúde Pública –ENSP	Ensino pesquisa em educação profissional em saúde	1	Gestor do núcleo de arquivo-arquivista
Instituto Oswaldo Cruz-IOC	Atendimento clínico, pesquisa e controle de vetores: doenças infecciosas e genéticas	1	Tecnologista em saúde pública - administrador
Instituto de Comunicação, informação em Ciência e Tecnologia – ICICT	Avaliação e implementação de políticas em informação e comunicação	1	Gestor do serviço de arquivo-Arquivista
Instituto de Pesquisa Evandro Chagas – IPEC	Pesquisa clínica, ensino e assistência em doenças infecciosas	1	Gestor do serviço de documentação - arquivista
Escola politécnica de Saúde José Venancio – EPSJV	Ensino e pesquisa em educação profissional em saúde	1	Gestor do núcleo de arquivo-arquivista
Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde - INCQS	Controle da qualidade de alimentos, medicamentos e outros	1	Tecnologista em saúde pública-arquivista
Diretoria de Administração- DIRAD	Gestão econômico-financeira, coordenação e planejamento e execução de atividades-meio.	1	Gestor do serviço de arquivo e Microfilmagem-arquivista
Instituto de Imunobiológicos – Bio-manguinhos	Produção de imunobiológicos e kits de diagnósticos ensino e pesquisa	2	Gestor do serviço de gestão de documentos – arquivista; analista de gestão - arquivista
Instituto de Fármacos – Farmanguinhos	Produção de fármacos, ensino e pesquisa	1	Analista em documentação - arquivista
Total: 10 unidades		Total: 11	

Quadro 1: identificação das unidades e número de entrevistados

Fonte: A autora, 2012

O universo de aplicação da entrevista embora não represente o total de unidades Fiocruz, a amostra é representativa das atividades finalísticas da instituição. Foi incluída uma unidade técnico-administrativa que orienta as atividades-meio em todas as unidades. O critério de seleção dos entrevistados foi: ser responsável técnico pelo núcleo ou setor de arquivo da unidade, ou ser indicado pelo gestor do núcleo ou setor de arquivo.

Na organização dos dados coletados foram consideradas inicialmente as atividades finalísticas de cada unidade entrevistada. Posteriormente, foram identificadas as alterações sugeridas em cada classe principal do CCDA-Fiocruz e, por fim, consideradas as respostas sobre treinamento para uso do código.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados da análise do CCDA-Fiocruz a luz dos elementos teóricos de classificação bibliográfica e os princípios arquivísticos de classificação. Apresenta também os resultados das entrevistas e da enquete anterior realizadas com os usuários do código quanto às necessidades de alteração visando maior adequação às demandas informacionais da instituição.

4.1 ANÁLISE DA CCDA FIOCRUZ SEGUNDO PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E ELEMENTOS DE ESQUEMA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

O CCDA-Fiocruz foi analisado seguindo a ordem de apresentação dos elementos de classificação bibliográfica sugeridos por Langridge (1977), destacados na seção 2. Entre os elementos de análise foram destacados: características de divisão, estrutura (classes principais, subclasses), notação, regras de uso, índices e tabelas.

Características de divisão

As características de divisão do CCDA-Fiocruz, em geral, são características naturais, inerentes e inseparáveis do objeto a classificar, tais como a procedência e a finalidade de criação do documento. Este princípio tornou a classificação mais consistente e representativa do contexto das funções e atividades da instituição.

Identificou-se o emprego simultâneo de mais de uma característica de divisão, ocorrendo a classificação cruzada. Conforme exemplo, a característica de divisão utilizada para a subclasse 140 foi a espécie documental (normas e manuais) e logo depois a atividade desempenhada pela instituição, como exemplificado a seguir:



O fato do CCDA-Fiocruz utilizar dois princípios diferentes para estabelecer a divisão das classes, contraria o princípio da teoria da classificação de identificar apenas uma característica de divisão em determinado nível hierárquico. Na divisão das classes em subclasses ilustrada os elementos não são mutuamente exclusivos, o que conduz à classificação cruzada.

Analisando o CCDA-Fiocruz a partir das categorias fundamentais de Ranganathan tem-se como característica de divisão representadas as categorias: energia, espaço, e tempo.

A categoria Energia refere-se à ação, aos processos, operações técnicas, atividades e funções que são registradas nos documentos. A categoria Espaço representa a delimitação do campo de produção dos documentos, ou seja, o código classifica documentos produzidos na instituição Fiocruz, e está dividida em unidades localizadas em diversas regiões do país.

A categoria Tempo foi identificada como a ordem original de produção dos documentos. Esta categoria foi considerada também na contextualização histórica da instituição, no controle do ciclo vital e no ordenamento interno dos documentos.

Os princípios de Ranganathan foram identificados nos descritores do código que se apresentam de forma sistêmica e organizados em renques e cadeias estruturadas em classes abrangentes que são as facetas definidas a partir da Categoria Fundamental Energia.

Foram identificados renques de classes formadas por uma única característica de divisão e, a partir destes renques, séries horizontais foram criadas. As divisões em renques e cadeias apresentada no CCDA-Fiocruz demonstram uma estrutura classificatória hierárquica e, por vezes, evidencia a relação de gênero-espécie (função-subfunção) e de todo-parte com uma única característica de divisão, como exemplificado a seguir:

- 350 Cursos

- 351 Cursos promovidos pela Fiocruz

- 351.1 Pré-escolar e fundamental

- 351.2 Médio e técnico

- 351.3 Atualização, desenvolvimento e capacitação

- 351.4 Pós-Graduação

Na perspectiva da arquivologia, a CCDA-Fiocruz utiliza o princípio do respeito aos fundos como primeira característica de divisão no recorte classificatório. Em decorrência, contextualiza a Fiocruz como produtora e detentora de documentação do fundo de arquivo decorrente do desenvolvimento e operacionalização das suas funções e atividades. Em outras palavras, a proveniência da documentação a ser classificada tem como característica pertencer ao fundo institucional Fiocruz e ser o registro das atribuições e tarefas desta instituição no cumprimento de sua missão. Nesse sentido, a CCDA- Fiocruz apresenta princípios arquivísticos em sua estruturação, observando a orientação da classificação funcional sugerida por Schellemborg em que é priorizada a identificação das funções e atividades dos órgãos públicos.

Estrutura (Classes principais)

Quanto ao número de classes principais, o CCDA-Fiocruz identifica dez classes principais, que igualmente à CDD, podem ser subdivididas em nove classes, resultando em até 100 divisões que podem ser subdivididas em outras nove subclasses, e assim sucessivamente até o número de dez.

As classes principais do CCDA-Fiocruz estão codificadas e nomeadas segundo a estrutura e nomeações indicadas a seguir:

000 Administração Geral

100 Documentação, Informação e Comunicação em C&T e Saúde

200 Pesquisas, Desenvolvimento e Gestão Tecnológica

300 Ensino

400 Produção de Medicamentos, Imunobiológicos e outros Insumos

500 Assistência à Saúde e Gestão Ambiental

600 Vaga

700 Vaga

800 Vaga

900 Assuntos Diversos

Além das seis classes temáticas, há três classes vagas para o caso do surgimento de atividades e funções que justifiquem ser classificadas como classes principais, garantindo assim, a flexibilidade para extensão do código, mantendo a mesma estrutura de base. Há ainda a indicação de uma classe sobre assuntos gerais.

Notação

O CCDA-Fiocruz adotou notação pura, somente números. A notação do código segue a qualidade hospitalidade, pois permite a inclusão das divisões necessárias e a subdivisão das classes do mais geral ao específico. A notação do CCDA-Fiocruz possui também a qualidade de ser é mnemônica, pois permite que um mesmo símbolo seja utilizado para representar ideias iguais ou semelhantes que facilitam a memorização e compreensão. Exemplo:

190 Outros assuntos referentes à documentação

290 Outros assuntos referentes à pesquisa, desenvolvimento e gestão tecnológica

390 Outros assuntos referentes ao ensino

Regras de Uso

As regras de uso no CCDA- Fiocruz encontram-se na parte introdutória do CCDA-Fiocruz onde são apresentados conceitos e definições e uma breve análise sobre a estrutura

das classes e subclasses. Em seguida, são sugeridos os passos essenciais no processo de classificação de documentos e as etapas de classificação são descritas. Esta parte apresenta regras de arquivamento da documentação segundo a classificação recebida e descreve os procedimentos no caso de empréstimo da documentação. Acompanhando a notação e o descritor, em alguns casos, há um texto explicativo que orienta quais documentos devem ser classificados com aquela notação específica. Nesses casos, apresenta indicações sobre a ordenação dos documentos que receberam a mesma notação, assim como sobre a criação de subconjuntos documentais. Neste texto explicativo os assuntos com nomes parecidos ou iguais, mas de natureza distintas, são remetidos para a notação correta, como no exemplo a seguir, que a notação 037 refere-se ao inventário físico de material de consumo e permanente e são excluídos os acervos bibliográficos e museológicos.

037 INVENTÁRIO

Texto explicativo: quanto ao inventário de documentação bibliográfica e museográfica classificar em 141.31 e 141.41.

Índice alfabético

O índice do CCDA-Fiocruz é o alfabético do tipo relativo, pois indica para cada fenômeno todos os pontos de entrada do sistema em que aparecem os diferentes aspectos relacionados.

TABELAS

No CCDA-Fiocruz existem tabelas de equivalência de código e assuntos para orientar os classificadores nos casos em que ocorreram mudanças no código e nos descritores ao longo do tempo. Não foram encontradas tabelas cronológicas ou geográficas como é comum nos esquemas de classificação de documentos bibliográficos.

Os elementos de análise de classificação bibliográfica proposto por Langridge foram oportunos para balizarem a análise a partir de princípios teóricos, do CCDA-Fiocruz. Os elementos propostos foram complementados pelos princípios arquivísticos de classificação e as categorias fundamentais de Ranganathan, num diálogo profícuo entre a Arquivologia, Biblioteconomia e a Ciência da Informação.

4.2 ANÁLISE DA CCDA FIOCRUZ SEGUNDO A DEMANDA DOS USUÁRIOS

Esta seção apresenta a análise dos dados coletados nas unidades Fiocruz, obtidos através de entrevistas com os usuários do CCDA- Fiocruz. Os resultados identificaram três aspectos relevantes: a abrangência do uso do CCDA-Fiocruz na instituição, o treinamento recebido pelos

usuários para uso do código e sugestões pontuais para melhoria na precisão da indexação e na recuperação da informação.

Constatou-se que as nove unidades técnico-científicas, responsáveis por atividades finalísticas entrevistadas utilizam o CCDA-Fiocruz, e o que as diferenciam é o número de setores internos que adotam o código em cada unidade. Tais unidades aplicam o CCDA-Fiocruz para classificação de documentos institucionais, mas apenas oito possuem área de arquivo em sua estrutura administrativa e, de fato, comprometem-se com a classificação de documentos.

As unidades da Fiocruz com maior número de setores que classificam os documentos de acordo com o CCDA-Fiocruz são, em geral, as que sofrem inspeção dos órgãos reguladores e constantemente buscam estar em conformidade com os requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade para continuarem desenvolvendo suas atividades e atender as demandas do SUS segundo os padrões de excelência esperados. Como exemplos podem ser citados as unidades de produção de medicamentos e imunológicos e os laboratórios de referência. Já as áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico foram as que apresentaram maior resistência ao uso do CCDA-Fiocruz, mas não foi possível verificar as causas desta resistência.

Em relação ao treinamento, todos os entrevistados afirmaram que profissionais da unidade receberam treinamento para uso do código através do curso Gestão de Documentos e Arquivos. Entre as demandas por mudanças, foram sugeridas, entre cinco entrevistados, que deveria haver um treinamento incluindo, além da capacitação ao uso do CCDA-Fiocruz, treinamento quanto aos procedimentos específicos às rotinas do trabalho em gestão de documentos. Uma segunda sugestão foi que houvesse uma avaliação posterior visando identificar se de fato os egressos do curso estão utilizando o CCDA-Fiocruz corretamente.

Dentre as demandas por alterações na estrutura do código, identificadas a partir das entrevistas, três devem ser destacadas, uma vez que são relevantes ao processo de atualização diante da dinâmica organizacional e do uso do CCDA-Fiocruz: inclusão de novos termos, inclusão de novas subclasses e melhoria na explicitação das regras de uso.

Em relação à inclusão de novos termos foram sugeridos: Inovação (no descritor da classe principal 200 Pesquisa, Desenvolvimento e Gestão Tecnológica) e Biossegurança (como subclasse da classe 500 Assistência à Saúde e Gestão Ambiental). As demandas por novos termos refletem o desenvolvimento das áreas do conhecimento e as transformações da instituição após dezessete anos da primeira versão do CCDA-Fiocruz. Na primeira versão estes termos não eram representativos para as atividades da instituição, embora provavelmente já existissem atividades de biossegurança e pesquisa com foco na inovação tecnológica.

Em relação à estrutura da classificação do CCDA-Fiocruz foi sugerida a inclusão de tipologia documental como último nível de subdivisão em todas as classes. Assim, após a enumeração das características de divisão baseadas nas funções, subfunções, atividades, subatividades seria especificada, como última característica de divisão, a tipologia documental. Esta demanda surgiu a

partir de estudo de uma das unidades da Fiocruz para adotar um sistema informatizado de gestão de documentos arquivísticos digitais.

A terceira demanda detectada foi por melhor explicitação das regras de uso visando minimizar as dúvidas e erros de classificação que comumente ocorrem gerando classificação cruzada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fiocruz (CCDA-Fiocruz) enquanto instrumento de organização e representação da informação, enfatizando os elementos teóricos de classificação e as demandas por alteração apontando os desafios de mantê-lo atualizado diante da dinâmica e complexidade das atividades da Fiocruz.

Verificou-se que a publicação do código de classificação do CONARQ em 1994, modelo para os documentos da administração pública federal, representou um avanço nas práticas de organização e representação da informação arquivística pública. Atualmente este modelo encontra-se diante de desafios que visam mantê-lo atualizado frente à dinâmica da administração pública.

As análises revelaram que o CCDA-Fiocruz foi estruturado segundo os princípios arquivísticos de classificação: da proveniência e respeito aos fundos, assim como os princípios teóricos oriundos dos sistemas de classificação bibliográfica. O CCDA-Fiocruz utilizou como princípio de divisão os atributos essenciais e definitivos do documento de arquivo: sua proveniência e finalidade para a qual foi criado.

A análise das características de divisão revelou inconsistências na aplicação do princípio da exclusividade. Ou seja, documentos provenientes de uma mesma atividade específica podem ser classificados em classes diferentes do CCDA-Fiocruz, o que impede a recuperação do conjunto completo dos documentos que registram a mesma atividade na Instituição.

Considerando o universo de aplicação das entrevistas, a amostra foi representativa da totalidade das funções da instituição e não das unidades da Fiocruz. Embora não represente a totalidade das unidades Fiocruz, o estudo apresentou contribuições relevantes à adequação do CCDA-Fiocruz do ponto de vista da estrutura e uso de novos termos. Entretanto, a enquete deve ser ampliada a todas as unidades da Fiocruz visando obter mais subsídios para adequar a classificação às necessidades da instituição.

O estudo comprovou que a adoção do CCDA-Fiocruz não é uniforme entre as unidades técnico-científicas da Instituição. A aplicação prática do código é mais difundida nas áreas submetidas ao controle externo, como é o caso das áreas de produção de medicamentos e os laboratórios de referências.

As entrevistas revelaram demanda por inclusão dos termos Inovação e Biossegurança. Entretanto, vale ressaltar que a inclusão de novos termos requer estudos visando avaliar a representatividade dos mesmos em relação às atividades e funções da Fiocruz.

Outra demanda identificada a partir das entrevistas foi referente à estrutura atual do CCDA-Fiocruz que, por não incluir a subdivisão no nível tipologia documental, não apresenta viabilidade de uso como instrumento de organização e representação da informação em sistemas informatizados de gestão de documentos de arquivo.

A partir da análise das entrevistas e dos elementos teóricos de classificação foi possível apontar duas possibilidades de estudos para adequar o CCDA-Fiocruz como instrumento de organização e representação da informação em sistemas informatizados de gestão de documentos, sem contudo inviabilizar o uso da metodologia proposta pelo CONARQ. Um dos estudos seria avaliar a possibilidade de subdividir o CCDA-Fiocruz até a especificidade de nível de tipologia documental. A outra possibilidade seria a criação de tabelas auxiliares, semelhantes às dos sistemas de classificação bibliográfica, que trariam maior precisão na classificação dos documentos que registram as funções e as atividades da Instituição.

É importante ressaltar que o modelo de código de classificação proposto em 1994 pelo CONARQ visava atender a instituições públicas federais que controlavam e tramitavam conjuntos documentais em suporte papel. Com o advento das tecnologias de informação, mais especificamente os sistemas informatizados de gestão de documentos arquivísticos digitais e a preocupação com os requisitos de autenticidade e integridade dos documentos, surge a necessidade de controle diferenciado para cada conjunto de documentos. Portanto, a escolha de um princípio de divisão não implica na exclusão dos demais, apenas devem ser selecionados em razão da demanda do órgão produtor desde que mantidas as características do contexto de criação, a proveniência e o respeito aos fundos.

Portanto, como afirma Langridge a classificação é sempre relativa, é sempre uma representação, pois “o homem elabora as classificações não as descobre”. (LANGRIDGE 1977 p.15.) Para Langridge não existe razão em julgar qualquer classificação como sendo certa ou errada, pois “uma classificação pode ser mais ou menos adequada para uma determinada finalidade, embora algumas classificações possam servir a mais propósitos do que outras.” (LANGRIDGE 1977 p.17).

Considerando a complexidade e diversidade das atividades da Fiocruz, concluímos que o CCDA-Fiocruz não esgota as possibilidades de representação da informação na organização. Portanto é evidente o esforço contido na metodologia do CCDA-Fiocruz em categorizar as atividades em classes principais e subclasses visando agrupar os documentos arquivísticos através de uma notação, resguardando assim a proveniência e o contexto de produção.

O trabalho evidenciou que os desafios da representação não estão situados apenas no campo teórico, mas perpassam questões do comprometimento da própria instituição em tornar o processo de classificação dinâmico e atualizado quanto às questões políticas e operacionais do órgão a que se destinam e do País, assim como às transformações tecnológicas e terminológicas das áreas do conhecimento mantendo as prerrogativas legais e o cumprimento da missão institucional em promover o desenvolvimento científico cultural e social.

No caso específico da Fiocruz, o trabalho revelou que o Arquivo não é somente um lugar de memória, um depósito de conhecimento produzido e registrado por uma instituição. O Arquivo é um espaço onde se negociam limites, garantem-se direitos; um espaço em que é construída e registrada a história da Instituição como parte da história da saúde pública no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Alice Príncipe. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.
- BELLOTO, Heloisa L. Documento de arquivo e sociedade. **Ciências e Letras**, n. 31, 2002. P. 167-175
- BERNARDES, I. P. (Coord). **Manual de elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-fim**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução nº 4 de 28 de março de 1996. Dispõe sobre o código de classificação de documentos de arquivo para administração pública atividade-meio**. Diário oficial, Brasília, suplemento ao n. 62 p.1-29. Seção 1
- BRASIL. Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 22 jun 2011
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloisa Liberalli (coord.) **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiro – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado e Cultura, 1996.
- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Niterói, RJ: EDUFF, 2001. 133p.
- CRUZ MUNDET, José Ramon. **La Gestión de Documentos en las Organizaciones**. Madrid: 2008
- LANGRIDGE, D. **Classificação: abordagem para estudantes de Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. - 1ª reimpressão, 2006.
- MENDES, Renata Lourenço. **Representação da informação: uma reflexão do Código de Classificação de Documentos de Arquivos da Fundação Oswaldo Cruz**. Orientadora: Rosali Fernandez de Souza. Rio de Janeiro, 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Instituto Brasileiro de

Informação em Ciência e Tecnologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

MILLS, J. **A modern outline of library classification**. London: Chapman and Hall, 1960.

PIEIDADE, M.A.R. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

RANGANATHAN, SR. **Prolegomena to library classification**. Bombay: Ásia Publish House, 1967. Disponível em: www.arizona.openrepository.com/arizona/bitstream/10150/106370/17/prolegomenaR.pdf. Acesso em: 20 set.2013.

ROBERGE,M. **Le Systeme de Classification des documents administratifs**. Revista Catalana d'Arxivística. Lligall,1990. Disponível http://www.arxivvers.com/component/docman/doc_download/860-02-le-systeme-de-classification-des-documents-administratifs-.html. Acesso em: 18 set. 2013.

ROUSSEAU, Jean-Yves et al. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Canadá: Ed. Nova Enciclopédia, 1994

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.